



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 15.07.2014

Aos 15 dias do mês de julho de 2014, compareceu à sede da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003444-20.2014.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Leandro Krebs Gonçalves, pelo Juiz Substituto Max Carrion Brueckner, pelo Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 27.05.1959

Data da última correição realizada: 13.11.2013

Jurisdição: Porto Alegre

#### 1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2013 a 15.07.2014

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 03/2014, da Corregedoria Regional deste TRT, a 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 6ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz Substituto.

##### 2.1.2 Juizes Atuais

Juiz	Situação	Período
<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	<b>Juiz Titular</b>	Desde 26.11.2013
<b>Max Carrion Brueckner</b>	<b>Juiz Substituto</b>	Desde 28.01.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 03.07.2014)



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi</b>	<b>25.02.1999 a 10.11.2013</b>	<b>Juíza Titular</b>	14 anos, 8 meses e 16 dias
2	Sofia Fontes Regueira	<b>07.01 a 05.02.2013</b>	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	29 dias
3	Márcia Padula Mucenic	<b>21.01.2013</b>	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
-	<b>Max Carrion Brueckner</b>	<b>Desde 28.01.2013</b>	<b>Juiz Substituto Lotado</b>	-
4	Victor Pedroti Moares	<b>31.01.2013</b>	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
5	Charles Lopes Kuhn	<b>05.02.2013</b>	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
6	Luciano Moraes Silva	<b>06.02.2013</b>	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
7	Daniela Meister Pereira	<b>20.02.2013</b>	Atuação como Juíza Auxiliar	1 dia
		07.10 a 20.10.2013	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	13 dias
8	Jefferson Luiz Gaia de Góes	<b>21.02.2013</b>	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia
9	Eliseu Cardozo Barcellos	<b>11 a 22.09.2013</b>	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	12 dias
10	Kelen Patrícia Bagetti	<b>23.09 a 06.10.2013</b>	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	14 dias
11	Ana Kotlinsky Severino	<b>21.10 a 03.11.2013</b>	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	13 dias
		04 a 10.11.2013	Atuação em razão da Juíza Titular encontrar-se convocada para atuar no TRT	7 dias
		11 a 19.11.2013	Atuação em razão de vaga na lotação da Unidade Judiciária	9 dias
12	Bráulio Affonso Costa	<b>20 a 25.11.2013</b>	Atuação em razão de vaga na lotação da Unidade Judiciária	6 dias
		26.11 a 01.12.2013	Atuação em razão do Juiz Titular estar designado para atuar na 2ª Vara do Trabalho de Canoas	6 dias
-	<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	<b>Desde 26.11.2013</b>	<b>Juiz Titular</b>	-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

13	Alessandra Casaril	02 e 03.12.2013	Atuação em razão do Juiz Titular estar designado para atuar na 2ª Vara do Trabalho de Canoas	2 dias
		04 a 08.12.2013	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	5 dias
14	Luísa Rumi Steinbruch	09 a 15.12.2013	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	7 dias
15	Juliane Penteado de Carvalho Bernardi	27 a 31.01.2014	Atuação como Juíza Auxiliar	5 dias
		22.04 a 21.05.2014	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado estar no exercício da titularidade da Vara	30 dias
16	Edenir Barbosa Domingos	13 e 14.03.2014	Atuação em razão do afastamento do Juiz Titular para participação em Curso ou Evento	2 dias
		21.03.2014	Atuação como Juiz Auxiliar	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 03.07.2014)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi	Férias	07 a 12.01.2013 14.01 a 06.02.2013 18 a 23.03.2013 15.07 a 13.08.2013	66 dias
		Licença-gala	08 a 15.03.2013	8 dias
		Curso ou Evento	19 a 22.06.2013	4 dias
		Convocação para atuar no TRT	11.09 a 10.11.2013	61 dias
	Leandro Krebs Gonçalves	Férias	10 a 12.03.2014 15.03 a 10.04.2014	30 dias
		Curso ou Evento	13 e 14.03.2014	2 dias
		Afastamento em razão da concessão constante no Processo Administrativo nº 0001831-62.2014.5.04.0000	22.04 a 21.05.2014	30 dias
Substituto lotado	Max Carrion Brueckner	Férias	28.01 a 05.02.2013 04.11 a 03.12.2013 06.02 a 07.03.2014	69 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 03.07.2014)



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Gonçalo Lautert Moretto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	16.12.2013
2	Marcelo Rodrigues da Silveira Trindade Emery	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	16.12.2013
*	Marcelo Zonatto	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	28.01.2013
3	Rafael Gomes Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	16.12.2013
4	Marília Bueno da Cunha	Auxiliar Judiciário – Apoio Serviços Diversos	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	<b>02.05.2003</b>
5	Camila Centenaro Levandowski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	<b>16.12.2013</b>
6	Rogério Sigal da Silva**	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>16.01.2002</b>
7	Luiz Fernando Farina Keller	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>16.12.2013</b>
8	Artur Kellermann Carvalho***	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>28.10.1998</b>
9	Marlus Antônio Felix Ribeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>27.02.2008</b>
10	Patrícia Helena Celaro	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>18.03.2013</b>
11	Denise Patrícia Wochnicki	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>29.07.2013</b>
12	Camilla Mello Bonilha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>19.05.2014</b>



13	Claudete Zanfelice	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.07.2014
----	--------------------	--	---	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.06.2014)

\* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

\*\* O servidor Rogério Sigal da Silva registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 05.11.1990 a 15.11.1993.

\*\*\* O servidor Artur Kellermann Carvalho estará em férias na data agendada para a inspeção correcional.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2011, 2012 e 2013)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.451 processos	1.001-1.500	<b>13 servidores</b>	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre excede o parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Artur Kellermann Carvalho</b>	Doação de Sangue	1	<b>3</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
<b>Camila Centenaro Levandowski</b> (desde 16.12.2013)	Curso ou Evento	2	<b>5</b>
	Dispensa Médica	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
<b>Camilla Mello Bonilha</b> (desde 19.05.2014)	Curso ou Evento	5	<b>5</b>
<b>Claudete Zanfelice</b> (desde 07.07.2014)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	-	-
<b>Denise Patrícia Wochnicki</b> (desde 29.07.2013)	Fruição de dias trabalhados nas eleições	1	<b>1</b>
<b>Gonçalo Lautert Moretto</b> (desde 16.12.2013)	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Luiz Fernando Farina Keller</b> (desde 16.12.2013)	Curso ou Evento	1	<b>1</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Marcelo Rodrigues Da Silveira Trindade Emery</b> (desde 16.12.2013)	Curso ou Evento	1	<b>9</b>
<b>Marcelo Zonatto</b> (desde 28.01.2013)	Curso ou Evento	3	<b>3</b>
<b>Marília Bueno Da Cunha</b>	-	-	-
<b>Marlus Antonio Felix Ribeiro</b>	-	-	-
<b>Patrícia Helena Celaro</b> (desde 18.03.2013)	-	-	-
<b>Rafael Gomes Machado</b> (desde 16.12.2013)	Curso ou Evento	1	<b>3</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
<b>Rogério Sigal da Silva</b>	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.06.2013)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marilise Hagen Tetzlaff	14.06.2004	<b>06.01.2013</b>	8 anos, 6 meses e 23 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Canoas
2	Renata Fonseca Wolff	05.10.2009	<b>17.02.2013</b>	3 anos, 4 meses e 13 dias	Lotação no Gabinete da Vice-Corregedoria – Assistente de Gabinete (FC05)
3	Claudia Lenara Ludwig Pacheco	31.08.2010	<b>17.03.2013</b>	2 anos, 6 meses e 17 dias	Permuta para o TRT da 2ª Região
4	Delfino Correa da Silva	22.02.2010	<b>03.06.2013</b>	3 anos, 3 meses e 12 dias	Aposentadoria
5	Paula Piazza Spessato	01.07.2013	<b>08.07.2013</b>	8 dias	Lotação na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)
6	Luciano Barreto Rodrigues	12.07.1999	<b>20.11.2013</b>	14 anos, 4 meses e 9 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Viamão – Assistente de Juiz Titular (FC05)*
7	Neurimar Caus	21.03.2002	<b>15.12.2013</b>	11 anos, 8 meses e 25 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Viamão – Diretor de Secretaria (CJ3)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

8	Carlos Ricardo Rodrigues da Silveira	29.10.2007	15.12.2013	6 anos, 1 mês e 17 dias	Lotação na Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais
9	Elizabel Conceição Santos	04.02.2013	15.12.2013	10 meses e 12 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
10	Marina Pimenta Dantas	20.08.2013	15.12.2013	3 meses e 26 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
11	Tânia Souza Medeiros	03.11.2010	17.02.2014	3 anos, 3 meses e 15 dias	Lotação no Gab. Des. Ricardo Gehling – Assistente de Gabinete (FC05)
12	Alessandra Wagner da Silva	01.06.2012	17.02.2014	1 ano, 8 meses e 17 dias	Lotação no Gab. Des. Ricardo Gehling – Assistente de Gabinete (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.06.2013)

\* O servidor Luciano Barreto Rodrigues já ocupava a função de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Unidade Judiciária.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	Renata Vargas Soares	Superior em Direito	09.10.2013 a 08.10.2014
2	Paula Aranha Lombardi	Superior em Direito	09.06.2014 a 08.12.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 23.06.2014)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	Pje (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi</b>	-	-	90,5	<b>90,5</b>
<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	-	11	45	<b>56</b>
<b>Max Carrion Brueckner</b>	-	15	85,5	<b>100,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.07.2014)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Artur Kellermann Carvalho</b>	2	47	90	<b>139</b>
<b>Camila Centenaro Levandowski</b>	-	57	72	<b>129</b>



<b>Camilla Mello Bonilha</b>	-	-	36	<b>36</b>
<b>Claudete Zanfelicé</b>	30	47	20	<b>97</b>
<b>Denise Patrícia Wochnicki</b>	2	20	24	<b>46</b>
<b>Gonçalo Lautert Moretto*</b>	20	57	7	<b>84</b>
<b>Luiz Fernando Farina Keller</b>	-	46	-	<b>46</b>
<b>Marcelo Rodrigues da Silveira Trindade Emery</b>	30	-	2	<b>32</b>
<b>Marcelo Zonatto</b>	-	53	19	<b>72</b>
<b>Marília Bueno da Cunha</b>	2	67	113,5	<b>182,5</b>
<b>Marlus Antonio Félix Ribeiro</b>	2	47	440	<b>489</b>
<b>Patrícia Helena Celaro</b>	2	46	-	<b>48</b>
<b>Rafael Gomes Machado</b>	20	57	20	<b>97</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.06.2014)

\* Gestor da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	2.214	2.180	-1,54%	2.448	12,29%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	202	207	2,48%	176	-14,98%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.983	2.124	7,11%	2.175	2,40%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	74	88	18,92%	80	-9,09%
<b>Total</b>	<b>4.473</b>	<b>4.599</b>	<b>2,82%</b>	<b>4.879</b>	<b>6,09%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.06.2014)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

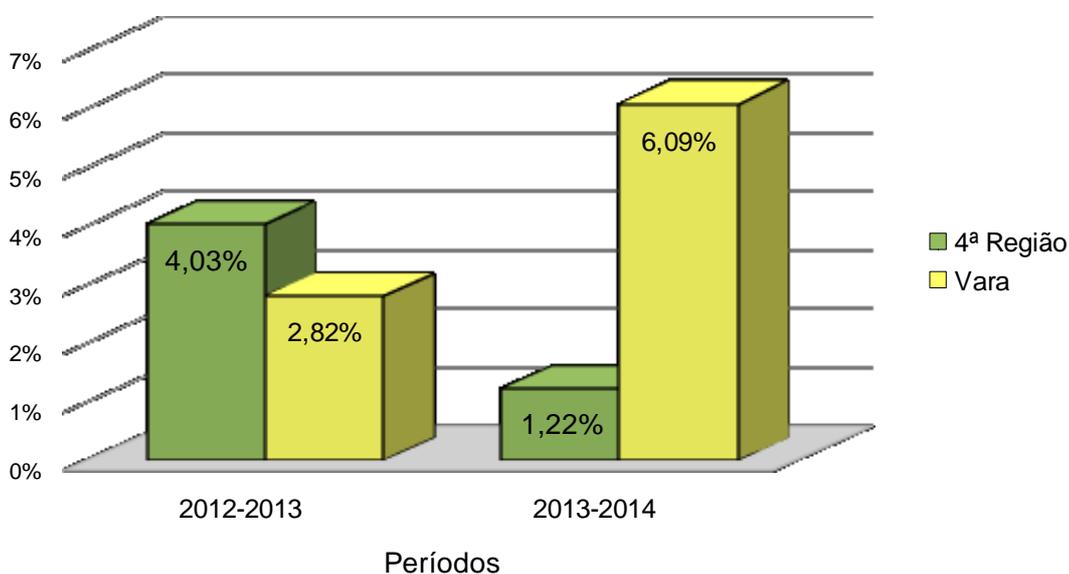
No ano de 2013, houve uma elevação de 2,82% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números de



processos, a execução foi a fase que apresentou maior aumento de estoque (acréscimo de 141 processos). Em contrapartida, o acervo de processos em fase de conhecimento apresentou decréscimo de 1,54% (34 processos) no período sob análise.

De qualquer modo, o acréscimo no acervo de processos da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2013 foi inferior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 4,03% no número de processos em tramitação. Em contrapartida, nos cinco primeiros meses de 2014, o estoque de processos pendentes de solução aumentou 6,09%.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos pendentes de solução

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes de solução do período anterior</b>	1.185	1.057	-10,80%	1.146	8,42%
<b>Casos novos</b>	1.477	1.495	1,22%	614	-58,93%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	6	3	-50,00%	6	100,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)</b>	1.588	1.424	-10,33%	504	-64,61%
<b>Processos pendentes de solução</b>	1.067	1.146	7,40%	1.244	8,55%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

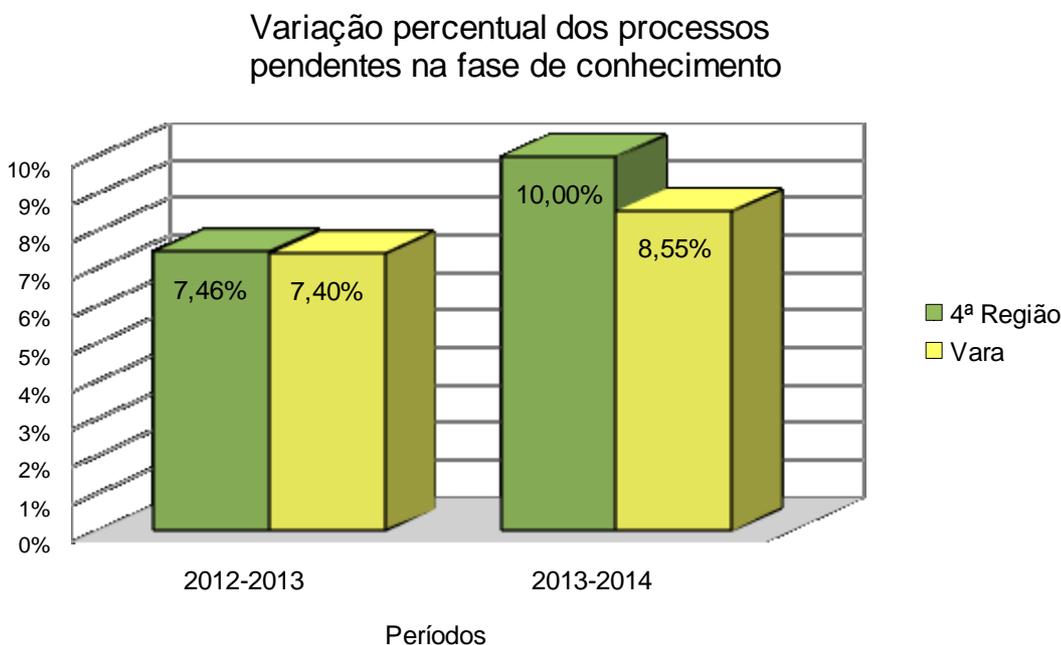
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

\*\*A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão



No ano de 2013, registrou-se uma elevação de 7,40% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.067 para 1.146 processos). O principal fator que contribuiu para esse aumento no estoque foi a elevação na média mensal de processos ajuizados (a qual passou de 123,08 processos em 2012, para 124,58 processos em 2013), combinado com uma redução de 10,33% no número de processos solucionados (164 processos a menos).

Conforme apontado no gráfico a seguir, a elevação no estoque de processos pendentes na Unidade Judiciária coaduna-se com a tendência apresentada na 4ª Região em 2013, a qual registrou um acréscimo de 7,46% em seu estoque médio de processos pendentes. Ainda, os dados de 2014, colhidos até o mês de maio, apontam uma tendência de nova elevação no estoque – inferior, contudo, à média regional no mesmo período.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontra aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a redução de 80% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade - o qual importava em 40 processos ao final do ano de 2012 e que, em maio de 2014, corresponde a 8 processos. Especificações no quadro abaixo.



### Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	257	283	10,05%	380	34,28%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	676	777	14,86%	773	-0,51%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	93	69	-25,78%	83	20,29%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	40	17	-57,93%	8	-52,94%
<b>TOTAL</b>	<b>1.067</b>	<b>1.146</b>	<b>7,40%</b>	<b>1.244</b>	<b>8,55%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 17.06.2014)

### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

#### Taxa de congestionamento – fase de conhecimento

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Porto Alegre – 6ª Vara</b>	40,48%	44,27%	9,35%	71,46%	61,43%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	46,94%	41,05%	-12,55%	64,99%	58,33%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 44,27% no ano de 2013, constatando-se uma elevação de 9,35% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região, o índice da Unidade em 2013 foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 3,22 pontos percentuais, e os dados de janeiro a maio de 2014 indicam que a taxa de congestionamento na Unidade permanece superior à média da 4ª Região.



### 3.2.3 Processos solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2012		2013		2014 (até 31.05)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	560	35,26	506	35,53	158	31,35
	Julgado procedente	63	3,97	46	3,23	10	1,98
	Julgado procedente em parte	626	39,42	570	40,03	202	40,08
	Julgado improcedente	166	10,45	116	8,15	38	7,54
	Extinto	8	0,50	6	0,42	1	0,20
	Outras decisões	1	0,06	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	29	1,83	41	2,88	26	5,16
	Arquivamento (art. 844 CLT)	104	6,55	108	7,58	46	9,13
	Desistência	22	1,39	15	1,05	12	2,38
	Outras decisões	9	0,57	16	1,12	11	2,18
<b>TOTAL</b>		<b>1.588</b>	<b>100</b>	<b>1.424</b>	<b>100</b>	<b>504</b>	<b>100</b>

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

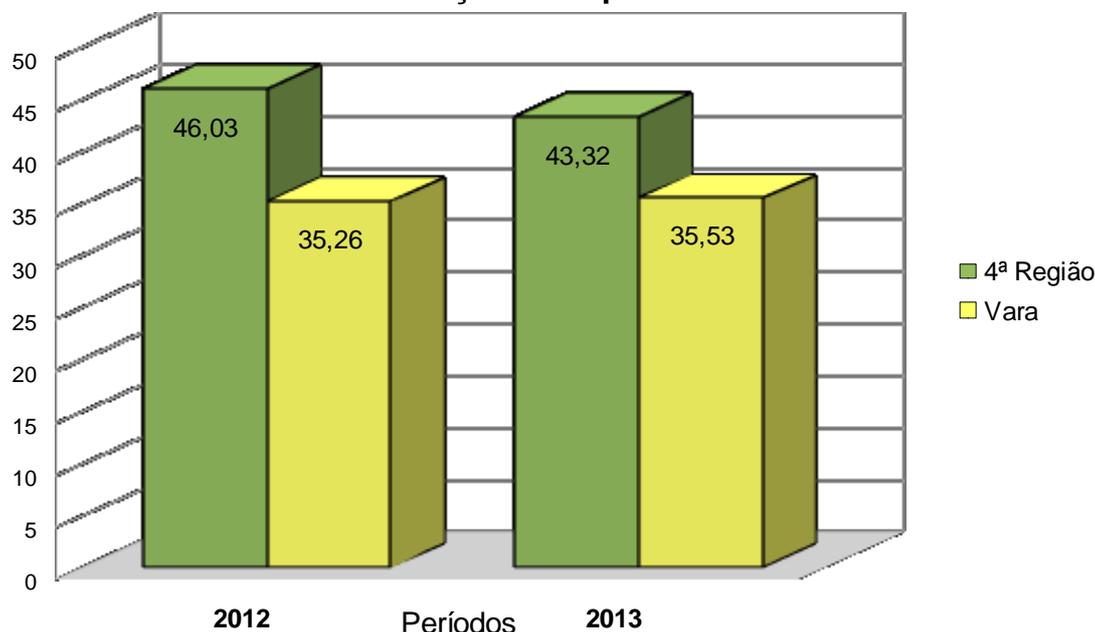
Verificou-se uma redução de 164 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2013 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 10,33%. Esse índice destoia da tendência registrada na 4ª Região, a qual apresentou um aumento médio de 14,94% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2012.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma redução no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2012 foram proferidas 864 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2013, esse número alcançou 738 decisões, representando uma queda de 14,58%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra abaixo da média do TRT4, a qual registrou um aumento de 17,20% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, outrossim, uma relativa estabilidade no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2012, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 560, representando 35,26% dos processos solucionados; já em 2013, o número total de conciliações alcançou 506, correspondendo a 35,53% (índice inferior, contudo, ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,32%). A seu turno, os dados apurados entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de nova queda no percentual de processos solucionados por conciliação na fase de conhecimento.



### Percentual de conciliações nos processos solucionados



## 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes do período anterior</b>	174	197*	13,22%	205	4,06%
<b>Iniciadas</b>	502	554	10,36%	82	-85,20%
<b>Encerradas</b>	476	535	12,39%	104	-80,56%
<b>Pendentes</b>	200*	205	2,50%	176	-14,15%
<b>Arquivo Provisório</b>	4	10	150,00%	10	0,00%

(Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

\*A diferença entre os valores apresentados, deve-se à mudança na forma de coleta das informações estatísticas implementadas a partir da utilização do sistema e-Gestão

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 200 em 2012, para 205 em 2013, importando em uma elevação de 2,50%. Esse percentual, embora reduzido, destoa da tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes diminuiu de 27.628 em dezembro de 2012 para 26.044 em dezembro de 2013 (queda de 5,73%). O principal motivo desse acréscimo foi a leve discrepância entre o número de liquidações iniciadas na Unidade (554) e o número de liquidações encerradas e/ou arquivadas provisoriamente (545) nesse período. Não obstante, os dados de 2014 demonstram que o número de liquidações encerradas até maio é superior ao de iniciadas, do que se infere uma tendência de redução no saldo de processos pendentes de liquidação.



### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Porto Alegre – 6ª Vara</b>	29,59%	28,76%	-2,79%	63,76%	121,69%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	36,68%	42,12%	14,84%	64,49%	53,10%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior+liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 28,76% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 2,79% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade Judiciária foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 13,36 pontos percentuais. Em 2014, todavia, os dados de janeiro a maio apontam para uma tendência de elevação na taxa de congestionamento na Unidade.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Pendentes do período anterior (com execuções previdenciárias)</b>	1.433	1.116	-22,12%	1.186	6,27%
<b>Entradas</b>					
<b>Iniciadas</b>	635	744	17,17%	134	-81,99%
<b>Saídas</b>					
<b>Encerradas</b>	531	555	4,52%	259	-53,33%
<b>Arquivadas     Provisoriamente</b>	182	147	-19,23%	30	-79,59%
<b>Pendentes</b>					
<b>Exclusivamente     de crédito     previdenciário</b>	0	0	-	38	-
<b>Demais</b>	1.116	1.186	6,27%	997	-15,94%
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>	2.309	2.213	-4,16%	2.228	0,68%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

Em 2013, o número de execuções encerradas na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 4,52%, indo ao encontro da tendência constatada na 4ª Região no mesmo período (a qual apresentou um aumento de 6,90% no número de execuções encerradas). Apesar disso, o estoque de execuções pendentes da Unidade Judiciária aumentou de 1.116 para 1.186, o que corresponde a um acréscimo de 6,27% em relação ao saldo do ano anterior – destoando da queda de 4,31% apresentada pelo estoque médio da 4ª Região no período em questão. O principal fator a contribuir para essa elevação de estoque foi o aumento de 17,17% no número de liquidações



iniciadas, combinado com uma redução de 19,23% no número de execuções arquivadas provisoriamente. Não obstante, os dados apurados entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de redução no estoque de execuções pendentes da Unidade.

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Porto Alegre – 6ª Vara</b>	74,32%	70,16%	-5,60%	80,38%	14,56%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	74,90%	69,60%	-7,07%	92,56%	32,99%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

\* Taxa de congestionamento = 1- [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 70,16% no ano de 2013, constatando-se uma redução de 5,60% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi similar ao congestionamento médio do TRT4, ao qual excedeu em 0,56 ponto percentual.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Porto Alegre – 6ª Vara</b>	87,97%	82,76%	-5,92%	91,82%	10,94%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	82,35%	81,00%	-1,64%	92,56%	14,27%

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 82,76% - ainda assim, inferior ao índice do ano anterior em 5,92%. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2013, a taxa de congestionamento da Unidade é 1,76 ponto percentual maior. Constata-se, ainda, que os dados colhidos entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de aumento na taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, a qual, todavia, passou a ser levemente inferior à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	1.465	296	-79,80%	94	-68,24%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	710	378	-46,76%	68	-82,01%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	2.079	1.974	-5,05%	1.986	0,61%

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2014)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta, resultou uma lista de **39 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	<b>0106800-62.2004.5.04.0006</b>
<b>Situação processual:</b> Em 12.04.2013, foi publicada decisão julgando extinta a execução, em razão do pagamento dos valores devidos, e determinando o arquivamento dos autos. Em 06.08.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 19.08.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 11.01.2012, a executada “Segitec Segurança e Vigilância Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia total do juízo”.	
2	<b>0114500-60.2002.5.04.0006</b>
<b>Situação processual:</b> Em 12.08.2013, foi publicada decisão determinando a liberação de valores depositados ao reclamante. Em 13.09.2013, foi publicada decisão determinando a liberação de valores remanescentes às reclamadas e o arquivamento dos autos. Em 27.11.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 29.11.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 13.09.2011, as executadas “Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT”, “Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D” e “Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par” foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “com garantia total do juízo”.	
3	<b>0000125-94.2012.5.04.0006</b>
<b>Situação processual:</b> Em 26.09.2013, foi publicada decisão determinando a liberação de valores depositados à reclamante, quitando-se o débito. Em 20.01.2014, foi publicada decisão determinando a devolução às partes de documentos juntados aos autos, bem como o arquivamento destes. Em 19.03.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento	



“extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** Em 17.09.2013, a executada “Fundação Universitária de Cardiologia” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”. Em 27.11.2013, a situação foi alterada para “com garantia total do juízo”.

4

0016300-71.2009.5.04.0006

**Situação processual:** Em 27.09.2012, foi publicada decisão julgando extinta a execução, em razão do pagamento dos valores devidos, e determinando o arquivamento dos autos. Também em 27.09.2012, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 18.12.2012, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** Em 09.01.2012, as executadas “Meta Cooperativa de Serviços Ltda.” e “Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN” foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”. Em 29.02.2012, a situação da segunda ré foi alterada para “com garantia do juízo”. Em 22.11.2012, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2014)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os processos nº 0100300-19.2000.5.04.0006, nº 0104900-88.1997.5.04.0006, nº 0119600-06.1996.5.04.0006, nº 0122100-74.1998.5.04.0006, nº 0001300-75.2002.5.04.0006, nº 0133000-87.1996.5.04.0006, nº 0015400-98.2003.5.04.0006, nº 0001900-14.1993.5.04.0006, nº 0000202-06.2012.5.04.0006, nº 0000217-38.2013.5.04.0006, nº 0000217-09.2011.5.04.0006, nº 0022200-06.2007.5.04.0006, nº 0002300-81.2000.5.04.0006, nº 0000232-75.2011.5.04.0006, nº 0027000-63.1996.5.04.0006, nº 0032000-24.2008.5.04.0006, nº 0034300-32.2003.5.04.0006, nº 0034300-37.2000.5.04.0006, nº 0035300-91.2008.5.04.0006, nº 0039500-30.1997.5.04.0006, nº 0425600-90.1989.5.04.0006, nº 0050300-20.1997.5.04.0006, nº 0052900-91.2009.5.04.0006, nº 0000058-32.2012.5.04.0006, nº 6013700-19.2002.5.04.0006, nº 0067400-41.2004.5.04.0006, nº 0000678-78.2011.5.04.0006, nº 0007000-27.2005.5.04.0006, nº 0000834-03.2010.5.04.0006, nº 0000853-38.2012.5.04.0006, nº 0086800-17.1999.5.04.0006, nº 0000900-56.2005.5.04.0006, nº 0009600-79.2009.5.04.0006, nº 0009600-84.2006.5.04.0006 e nº 0096300-97.2005.5.04.0006.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2012			2013			2014 (até 31.05)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
<b>Embargos de declaração</b>	573	539	41	502	470	52	138	109	19
<b>Antecipações de tutela</b>	4	14	7	68	31	40	59	47	39
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	50	50	16	55	46	17	30	12	6
<b>Embargos à execução</b>	208	170	50	240	168	113	48	33	24



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Embargos à arrematação</b>	1	1	1	2	1	2	1	1	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	3	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	10	1	7	6	6	3	4	3	0

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2014)

Analisando-se os dados do quadro acima, constata-se um aumento de 3,19% no número total de incidentes processuais recebidos em 2013, na comparação com o ano anterior. Os incidentes que registraram aumento de recebimento na Unidade foram as antecipações de tutela (1.600%), os embargos à arrematação (100%), os embargos à execução (15,38%) e as impugnações à sentença de liquidação (10%). Verifica-se, em contrapartida, uma redução de 40% no ingresso de exceções de pré-executividade e de 12,39% no recebimento de embargos de declaração em relação ao ano anterior, assim como a não oposição de quaisquer embargos à adjudicação nos anos de 2012 e 2013.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2013, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao juiz e sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo.

1	<b>0001338-09.2010.5.04.0006</b>
<b>Situação processual:</b> Consta do sistema Infor a oposição, em 14.05.2013, de <b>embargos de declaração</b> pela reclamada. Em 16.05.2013, a ré protocolou petição desistindo dos referidos embargos, desistência essa homologada pelo Juízo por meio de despacho publicado em 21.05.2013. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	<b>0001158-90.2010.5.04.0006</b>
<b>Situação processual:</b> Consta do sistema Infor a oposição, em 17.06.2013, de <b>embargos à penhora</b> pelo coexecutado Antônio Ferreira Leite, os quais foram acolhidos pelo Juízo por meio de despacho publicado em 19.06.2013. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
3	<b>0001033-20.2013.5.04.0006</b>
<b>Situação processual:</b> Consta do sistema Infor andamento, datado de 23.10.2013, relativo à conclusão para julgamento de <b>antecipação de tutela</b> requerida na inicial, a qual foi indeferida pelo Juízo por meio de despacho publicado em 04.12.2013. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado (“decisão em incidente processual”) de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.07.2014)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



## 3.6 TAXA DE RECORRIBILIDADE

### 3.6.1 Recorribilidade externa

Recorribilidade para instância superior					
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Fase de Conhecimento</b>	123,61%	98,62%	-20,22%	88,19%	-10,57%
<b>Fase de Execução</b>	134,71%	121,43%	-9,86%	109,09%	-10,16%

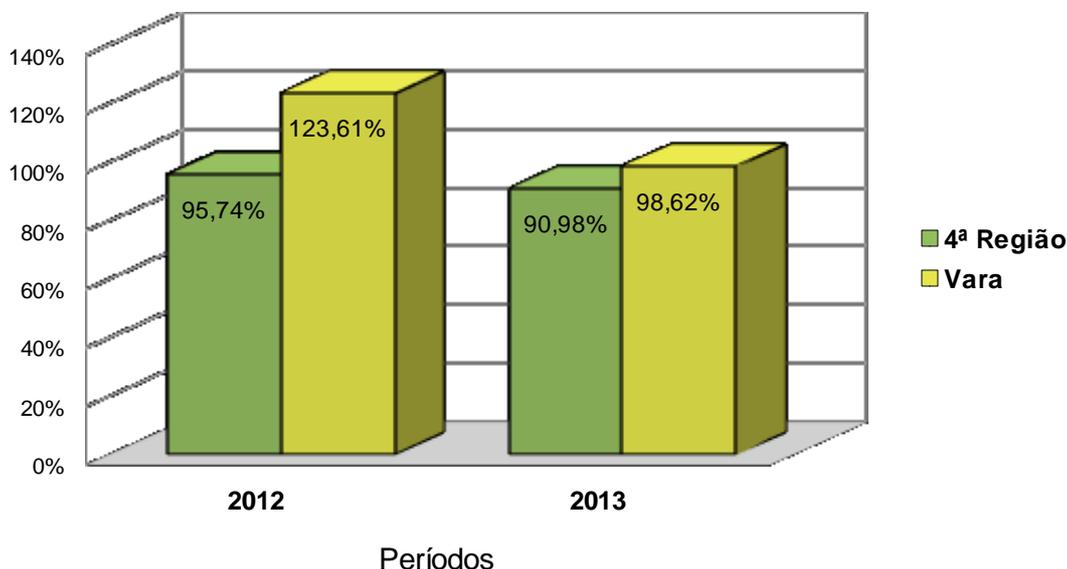
Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

Recorribilidade externa – fase de conhecimento = Recursos ordinários interpostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

Recorribilidade externa – fase de execução = Agravos de petição interpostos / número de decisões em embargos à execução.

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de conhecimento foi de 98,62%, a qual se mostrou 20,22% menor do que aquela registrada no ano anterior na Unidade Judiciária e 7,64 pontos percentuais superior ao índice da 4ª Região em 2013. Por sua vez, os dados de 2014, colhidos até maio, apontam uma tendência de nova redução na taxa de recorribilidade da Unidade.

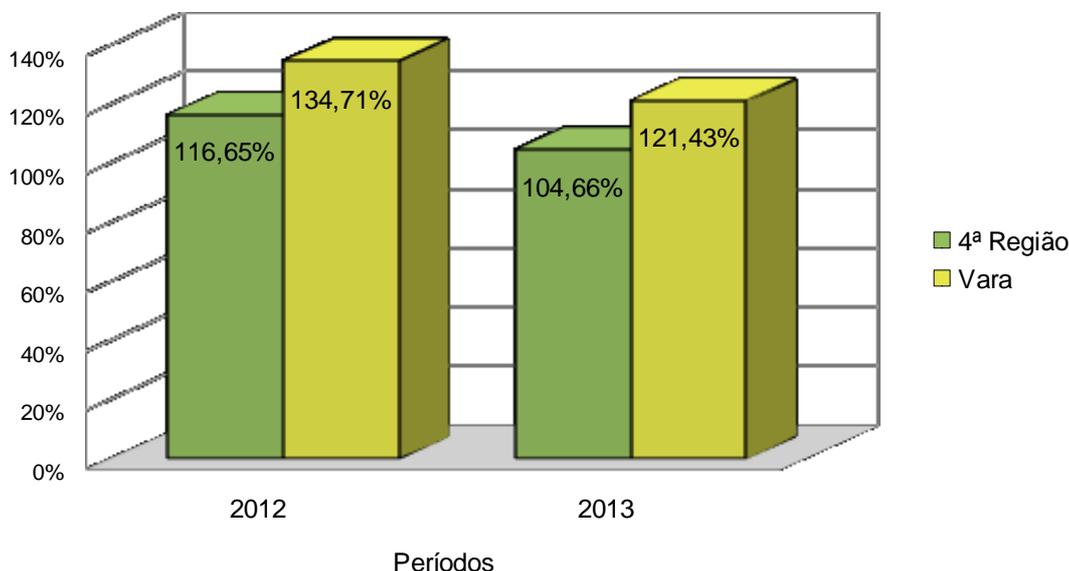
### Recorribilidade externa na fase de conhecimento



A seu turno, a taxa de recorribilidade para instância superior na fase de execução foi de 121,43% no ano de 2013, mostrando-se 9,86% menor do que aquela registrada no ano anterior e 16,77 pontos percentuais superior ao índice médio da 4ª Região no referido ano. Nessa seara, os dados do ano de 2014 apontam uma tendência de nova redução na taxa de recorribilidade da Unidade Judiciária.



### Recorribilidade externa na fase de execução



### 3.6.2 Recorribilidade interna

Recorribilidade interna					
	2012	2013	Varição 2012-2013	2014 (até 31.05)	Varição 2013-2014
<b>Fase de conhecimento</b>	63,53%	63,14%	-0,60%	47,92%	-24,12%

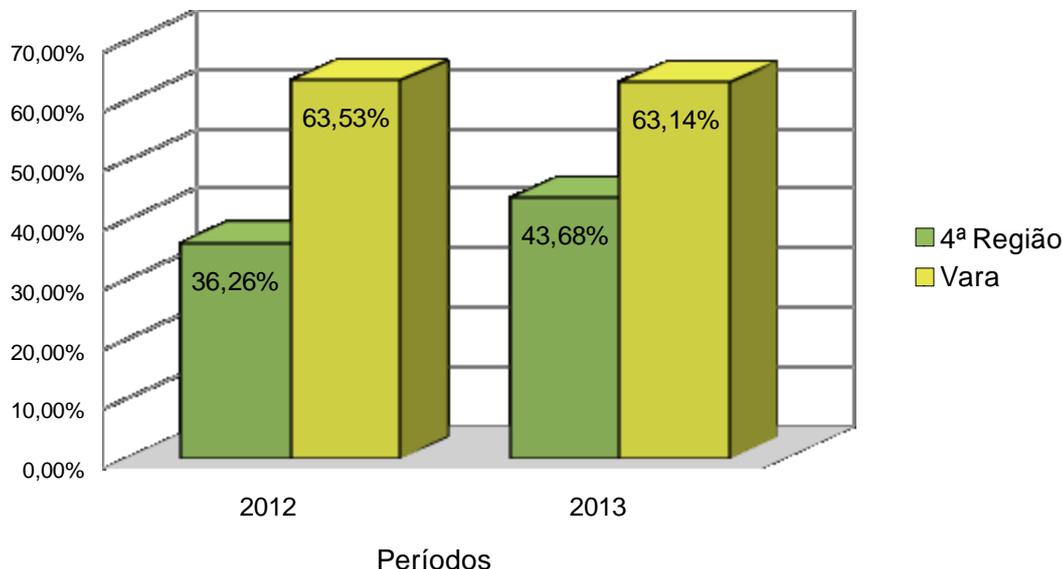
Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

Recorribilidade interna = Embargos de declaração opostos / número de sentenças (todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento).

No ano de 2013, a taxa de recorribilidade para a própria instância na fase de conhecimento foi de 63,14%, a qual se mostrou 0,60% menor do que aquela registrada no ano anterior. A taxa verificada na Unidade Judiciária é 19,46 pontos percentuais superior ao índice médio da 4ª Região em 2013. Sinala-se, ainda, que os dados colhidos entre janeiro e maio de 2014 apontam uma tendência de nova redução na taxa de recorribilidade interna da Unidade.



### Recorribilidade Interna



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	101,77	107,00	5,14%	133,85	25,09%
	Ordinário	362,41	320,85	-11,47%	377,04	17,51%
	<b>Total</b>	<b>328,21</b>	<b>293,27</b>	<b>-10,65%</b>	<b>351,10</b>	<b>19,72%</b>

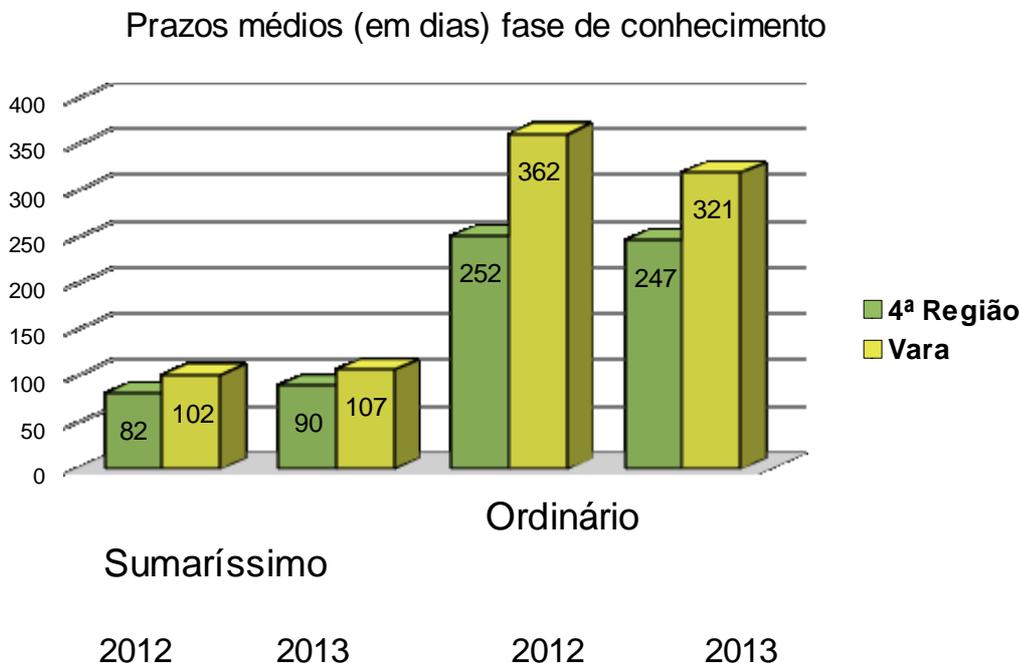
Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

No ano de 2013, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma redução de 10,65%, passando de 328,21 para 293,27 dias: no rito sumaríssimo, o prazo médio registrou elevação de 5,14% em relação à média do ano anterior, passando de 101,77 para 107 dias; em contrapartida, o rito ordinário registrou um prazo médio de 320,85 dias, 11,47% mais célere na comparação com 2012. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e maio de 2014 apontam para uma tendência de aumento do prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, conforme apontado no gráfico abaixo, o prazo médio da Unidade Judiciária no ano de 2013, quanto ao rito sumaríssimo, foi 19,06% mais moroso do que a média de todas as Unidades Judiciárias da 4ª Região. A seu turno, no



tocante ao rito ordinário, o prazo médio da Unidade Judiciária foi 29,78% superior à média verificada na 4ª Região. Especificações no quadro abaixo.



#### 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	87,61	77,41	-11,64%	137,50	77,63%
	Ordinário	188,14	122,36	-34,96%	149,74	22,38%
	<b>Total</b>	<b>180,56</b>	<b>119,51</b>	<b>-33,81%</b>	<b>149,01</b>	<b>24,68%</b>

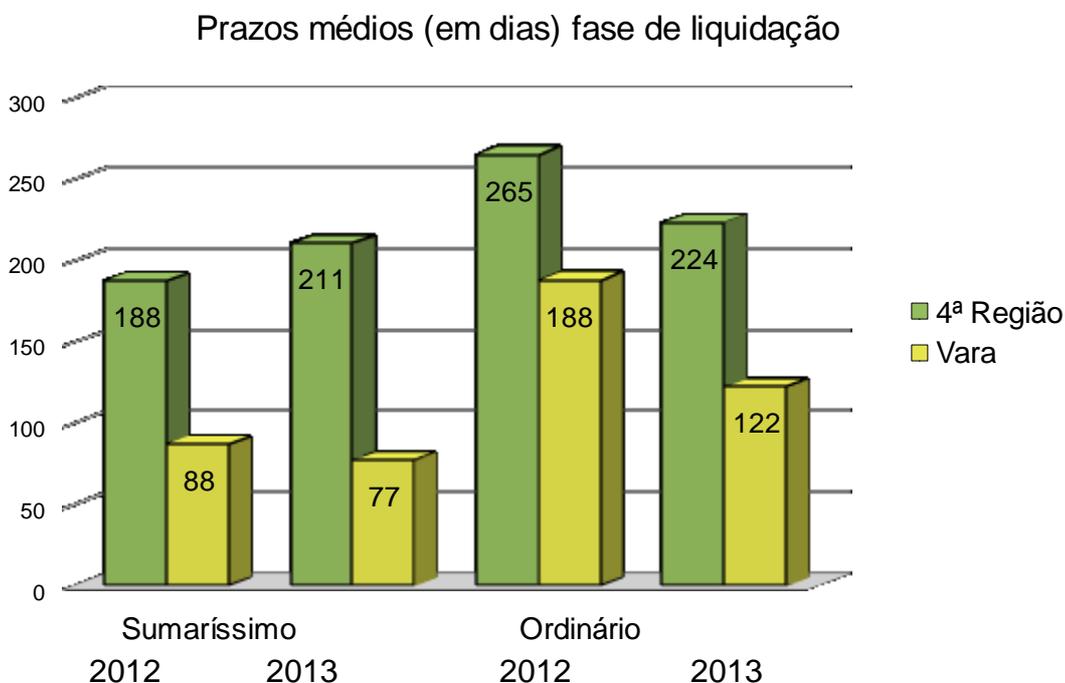
Fontes: dados relativos a 2012, Boletim Estatístico; dados relativos a 2013 e 2014, consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

No ano de 2013, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo foi de 77,41 dias, o que equivale a uma redução de 11,64% em relação à média do ano anterior. Já no rito ordinário, o prazo médio alcançou 122,36 dias, 34,96% mais célere na comparação com 2012. A seu turno, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação, tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto em relação ao rito ordinário.

No rito sumaríssimo, o lapso médio de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi substancialmente mais curto (63,23%) do



que o desempenho médio de toda a 4ª Região. Por sua vez, no rito ordinário, o tempo de tramitação da Unidade foi 45,26% inferior à média verificada nas Varas do Trabalho da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	611,53	468,86	-23,33%	389,34	-16,96%
	Ente público	3.762,65	1.316,33	-65,02%	1.398,67	6,25%
	<b>Total</b>	<b>734,96</b>	<b>507,72</b>	<b>-30,92%</b>	<b>458,48</b>	<b>-9,70%</b>

Fontes: dados relativos a 2012, Boletim Estatístico; dados relativos a 2013 e 2014, consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

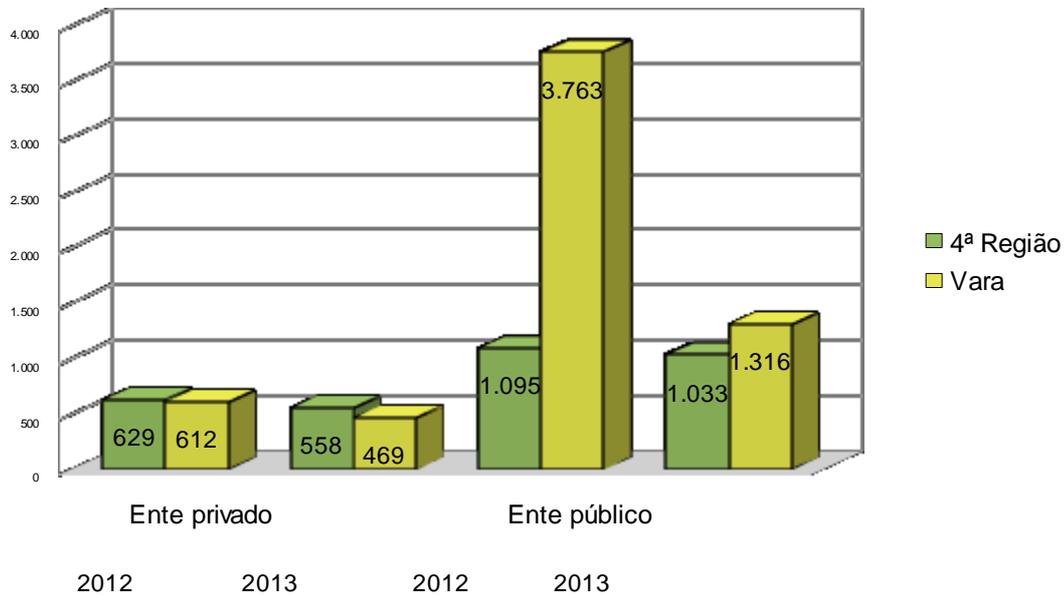
O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2013 foi de 507,72 dias, o qual foi 30,92% menor do que o prazo do ano anterior. Já os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de nova redução nos prazos médios entre o início e o encerramento da execução.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2013 apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que, nos processos nos quais o executado era ente privado, o prazo médio de tramitação foi 15,95% inferior à média regional. Em contrapartida, quando o executado era ente público, o



prazo médio de tramitação na 6ª Vara de Porto Alegre foi 27,38% maior do que a média da 4ª Região.

### Prazo médio (em dias) fase execução



## 5 METAS

### 5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2013

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
1 processo	<b>Meta não cumprida</b>

01

#### Processo nº 0119400-81.2005.5.04.0006

Conforme consulta ao sistema Infor, o processo permaneceu suspenso entre 07.05.2007 e 14.11.2012, aguardando o trânsito em julgado de processo cível que tramitou perante a Justiça Comum Estadual sob o nº 1060055130-3. Encerrada a suspensão do feito em comento, a instrução foi retomada pela Unidade Judiciária, tendo sido designada a realização de audiência de prosseguimento para o dia 07.10.2014.



**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
2 processos	<b>Meta não cumprida</b>
<b>01</b>	<b>Processo nº 0119400-81.2005.5.04.0006</b>
	(Descrição apresentada no item 5.1.1)
<b>02</b>	<b>Processo nº 0114700-91.2007.5.04.0006</b>
Conforme consulta ao sistema Infor, o processo permaneceu suspenso, por convenção das partes, entre 27.10.2010 e 02.12.2013, aguardando o término do Inquérito Policial nº 1526/2007/100302. Em atenção à determinação contida em Ata de Inspeção Correcional (processo administrativo nº 0006705-27.2013.5.04.0000), foi encerrada a suspensão do feito em comento, retomando-se a instrução pela Unidade Judiciária, determinando-se a inclusão do feito em pauta para realização de audiência de prosseguimento e expedindo-se ofício à 2ª Delegacia de Polícia solicitando informações acerca do referido inquérito.	

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 solucionados	%	Resultado
1.267	1.266	99,92%	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 Metas do CNJ – Ano de 2013

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”.

META 1/2013 CNJ			
Distribuídos em 2013	Solucionados em 2013	%	Resultado
1.495	1.424	95,25%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 solucionados	%	Resultado
1.270	1.269	99,92%	<b>Meta cumprida</b>

**5.2.3 Meta 13:** “Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011”.



META 13/2013 CNJ			
Execuções encerradas em 2011	Execuções encerradas em 2013	%	Resultado
590	555	-5,93%	<b>Meta não cumprida</b>

### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2014

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 30.04.2014	Solucionados até 30.04.2014	%	Resultado
614	504	<b>82,08%</b>	Os dados parciais apontam tendência de não cumprimento da meta.

**5.3.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Nº de processos ajuizados em 2011 solucionados	%	Resultado
1.385	1.357	<b>97,98%</b>	<b>Meta já cumprida</b>
Distribuídos em 2012	Nº de processos ajuizados em 2012 solucionados	%	
1.477	1.378	<b>93,30%</b>	

**5.3.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até Maio/2014)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3.306
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	566



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	529
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	675
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	567
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	124
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	81
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	22
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal = - (((1-(ΣP5.13/(ΣP5.11+(P5.1+P5.3-P5.5+P5.7-P5.9+ΣP5.15-ΣP5.17)))) - (((1-(P5.5/(P5.3+P5.1))) + (1-(P5.9/(P5.7+P5.1+P5.3-P5.5))))/2))) X 100 / (((1-(P5.5/(P5.3+P5.1))) + (1-(P5.9/(P5.7+P5.1+P5.3-P5.5))))/2)

\* Percentual de redução - Execução Fiscal = - (((1- (ΣP5.14/(ΣP5.12+(P5.2+P5.4-P5.6+P5.8-P5.10+ΣP5.16-ΣP5.18)))) - (((1- (P5.6/(P5.4+P5.2))) + (1-(P5.10/(P5.8+P5.2+P5.4-P5.6))))/2))) X 100 / (((1- (P5.6/(P5.4+P5.2))) + (1-(P5.10/(P5.8+P5.2+P5.4-P5.6))))/2)

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até maio)
-13,51%	Dados parciais indicam provável cumprimento da meta



META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado parcial (até maio)
<b>Não avaliado*</b>	<b>Não avaliado*</b>

\*Na Subseção Judiciária de Porto Alegre, a 18ª Vara do Trabalho possui competência funcional em feitos em que a Fazenda Pública figura como parte.

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	4 (P)	-	4 (P)	**
Tarde	-	4 (P)	-	20 (I)	-

\*\* Eventualmente, realiza-se pauta única de iniciais (duas vezes ao mês, em geral)  
(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 15.07.2014)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	9 (I) 2 (U) 3 (P)	-	9 (I) 2 (U) 3 (P)	-	**
Tarde	3 (U) 4 (P)	-	3 (U) 4 (P)	-	-

\*\* Uma sexta-feira por mês – ordinários  
(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 15.07.2014)

#### **Legenda:**

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	18.09	01.09	18.09	01.09
<b>Una Sumaríssimo</b>	19.09	17.09	19.09	26.08
<b>Instrução</b>	17.03.15	29.04.15	17.03.15	15.04.15 *
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-	-	-

\*Com opção de encaixe para setembro de 2014, caso necessário.  
(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 15.07.2014)

Férias – J1 - 18.08.2014 a 17.09.2014 e de 02.03.2015 a 15.03.2015.  
J2 – 21.07.2014 a 03.08.2014; de 06.10.2014 a 21.10.2014 e 20 dias em fevereiro de 2015

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	67,59	54,04	-20,05%	73,49	35,99%
	<b>Ordinário</b>	69,73	47,99	-31,18%	85,12	77,36%
	<b>Total</b>	<b>69,44</b>	<b>48,72</b>	<b>-29,84%</b>	<b>83,93</b>	<b>72,26%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve redução de 67,59 dias em 2012, para 54,04 dias em 2013 (queda de 20,05%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 69,73 dias, em 2012, para 47,99 dias, em 2013 (redução de 31,18%). A seu turno, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até 31.05)	Variação 2013-2014
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	24,35	54,99	125,86%	38,11	-30,68%
	Ordinário	225,82	288,95	27,96%	191,64	-33,68%
	<b>Total</b>	<b>198,13</b>	<b>264,25</b>	<b>33,37%</b>	<b>170,74</b>	<b>-35,39%</b>

Fonte: Dados de 2012 – Sistema Estatístico da Corregedoria; Dados de 2013 e 2014 - Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.06.2014)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram seu prazo médio aumentado de 24,35 dias, em 2012, para 54,99 dias, em 2013 (elevação de 125,86%). No rito ordinário, a seu turno, o prazo médio elevou-se de 225,82 dias, em 2012, para 288,95 dias, em 2013 (acréscimo de 27,96%). Por sua vez, os dados do ano de 2014, colhidos de janeiro a maio, apontam para uma tendência de redução nos prazos médios para a realização das audiências de prosseguimento tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

Novamente, no tópico, há que se ressaltar que os prazos para prosseguimento averiguados no momento da inspeção correcional são, de fato, mais exíguos do que aqueles que resultam da apuração do sistema e-Gestão.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2013				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	Total
<b>Alessandra Casaril</b>	0	18	0	0	<b>18</b>
<b>Ana Paula Kotlinsky Severino</b>	49	78	3	0	<b>130</b>
<b>Bráulio Affonso Costa</b>	11	33	2	0	<b>46</b>
<b>Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi</b>	433	381	83	3	<b>900</b>
<b>Charles Lopes Kuhn</b>	9	3	2	0	<b>14</b>
<b>Daniela Meister Pereira</b>	42	42	6	0	<b>90</b>
<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	16	8	4	1	<b>29</b>
<b>Giani Gabriel Cardozo</b>	7	3	1	0	<b>11</b>
<b>Jefferson Luiz Gaya de Góes</b>	0	3	0	0	<b>3</b>
<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	37	35	5	0	<b>77</b>
<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	0	4	0	0	<b>4</b>
<b>Luciano Moraes Silva</b>	9	4	2	0	<b>15</b>
<b>Luísa Rumi Stensbruch</b>	6	21	0	0	<b>27</b>
<b>Márcia Padula Mucenic</b>	9	4	0	0	<b>13</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Max Carrion Brueckner</b>	654	408	118	9	<b>1.189</b>
<b>Sofia Fontes Regueira</b>	73	34	11	0	<b>118</b>
<b>Victor Pedroti Moraes</b>	5	3	1	0	<b>9</b>
<b>(Juiz não informado) *</b>	62	0	15	0	<b>77</b>
<b>Total</b>	<b>1.422</b>	<b>1.082</b>	<b>253</b>	<b>13</b>	<b>2.770</b>

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	Total
<b>Ana Luiza Barros de Oliveira</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	0	15	0	0	<b>15</b>
<b>Eduardo Batista Vargas</b>	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>Horismar Carvalho Dias</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Juliane Penteado de Carvalho Bernardi</b>	56	49	8	0	<b>113</b>
<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	166	60	21	1	<b>248</b>
<b>Luiz Antônio Colussi</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Max Carrion Brueckner</b>	261	169	41	3	<b>474</b>
<b>Rafaela Duarte Costa</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>294</b>	<b>70</b>	<b>4</b>	<b>855</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.06.2014)

\* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que realizou as audiências

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2013						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
<b>Alessandra Casaril</b>	6	0	0	6	0	<b>6</b>
<b>Ana Paula Kotlinsky Severino</b>	33	9	0	42	3	<b>45</b>
<b>Braulio Affonso Costa</b>	7	2	0	9	0	<b>9</b>
<b>Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi</b>	153	278	3	434	58	<b>492</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Firpo						
Charles Lopes Kuhn	3	3	0	6	0	6
Daniela Meister Pereira	24	25	0	49	4	53
Diogo Souza	0	8	0	8	0	8
Edenir Barbosa Domingos	0	1	0	1	1	2
Eduardo Batista Vargas	0	2	0	2	0	2
Eduardo Vianna Xavier	0	6	0	6	0	6
Eliseu Cardozo Barcellos	5	12	0	17	5	22
Giani Gabriel Cardozo	1	3	0	4	0	4
Glória Mariana da Silva Mota	0	14	0	14	1	15
Jefferson Luiz Gaya de Góes	1	5	0	6	0	6
Kelen Patrícia Bagetti	26	2	0	28	3	31
Leandro Krebs Gonçalves	0	4	0	4	0	4
Luciano Moraes Silva	3	4	0	7	0	7
Luísa Rumi Stensbruch	4	0	0	4	0	4
Márcia Padula Mucenic	1	7	0	8	0	8
Marcos Rafael Pereira Piscino	0	1	0	1	0	1
Max Carrion Brueckner	205	235	2	442	92	534
Nivaldo de Souza Junior	0	1	0	1	0	1
Oswaldo Antônio da Silva Stocher	0	2	0	2	0	2
Raquel Gonçalves Seara	0	8	1	9	0	9
Raquel Hochmann de Freitas	0	2	0	2	0	2
Roberto Teixeira Siegmann	0	19	0	19	0	19
Sofia Fontes Regueira	28	68	0	96	7	103
Victor Pedroti Moraes	1	4	0	5	0	5
(Juiz não informado) *	5	5	0	10	6	16
<b>Total</b>	<b>506</b>	<b>732</b>	<b>6</b>	<b>1.244</b>	<b>180</b>	<b>1.424</b>

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Alessandra Casaril	0	8	0	8	1	9
Ana Paula Kotlinsky Severino	0	25	0	25	1	26
Átila da Rold Roesler	0	7	0	7	0	7
Bráulio Affonso Costa	0	2	0	2	0	2
Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi	0	2	0	2	0	2
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	0	3	0	3	0	3
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	0	3	0	3	0	3
Daniela Meister Pereira	0	1	0	1	0	1
Diogo Souza	0	1	0	1	0	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	2	9	0	11	0	<b>11</b>
<b>Eduardo Vianna Xavier</b>	0	1	0	1	1	<b>2</b>
<b>Gustavo Pusch</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Horismar Carvalho Dias</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Jefferson Luiz Gaya de Góes</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Juliane Penteado de Carvalho Bernardi</b>	29	8	0	37	11	<b>48</b>
<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	0	11	0	11	0	<b>11</b>
<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	44	60	0	104	37	<b>141</b>
<b>Luísa Rumi Stensbruch</b>	0	3	0	3	0	<b>3</b>
<b>Magáli Mascarenhas Azevedo</b>	1	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Márcia Padula Mucenic</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Max Carrion Brueckner</b>	82	96	1	179	43	<b>222</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	0	4	0	4	0	<b>4</b>
<b>Sofia Fontes Regueira</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>250</b>	<b>1</b>	<b>409</b>	<b>95</b>	<b>504</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 26.06.2014)

\* Os dados do sistema e-Gestão não informaram o juiz que proferiu as decisões

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Ana Paula Kotlinsky Severino		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
<b>0000543-66.2011.5.04.0006</b> (Mais antigo. Concluído em 15.04.2014: 2 meses e 18 dias)	0000683-32.2013.5.04.0006	0001341-56.2013.5.04.0006
<b>Total: 03 processos</b>		

Juiz Jefferson Luiz Gaya de Góes		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
<b>0000237-34.2010.5.04.0006</b> (Mais antigo. Concluído em 14.03.2014: 3 meses e 19 dias)	0001428-17.2010.5.04.0006	0001389-20.2010.5.04.0006
<b>Total: 03 processos</b>		

Juíza Juliane Penteado de Carvalho Bernardi		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
<b>0000876-47.2013.5.04.0006</b> (Concluído em 22.04.2014: 2 meses e 11 dias)	0000646-05.2013.5.04.0006	0000709-30.2013.5.04.0006
0000752-64.2013.5.04.0006	0000777-77.2013.5.04.0006	0000906-82.2013.5.04.0006
0000433-96.2013.5.04.0006	0000687-69.2013.5.04.0006	-



<b>Processos de Execução – Rito Ordinário</b>	
<b>0046400-77.2007.5.04.0006</b> (Mais antigo. Concluído em 22.04.2014: 2 meses e 11 dias)	0088100-96.2008.5.04.0006
<b>Total: 10 processos</b>	

<b>Juiz Leandro Krebs Gonçalves</b>
<b>Há mais de 50 dias: Não há</b>

<b>Juiz Max Carrion Brueckner</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
0001377-35.2012.5.04.0006	0000006-36.2012.5.04.0006	0000759-56.2013.5.04.0006
0001064-40.2013.5.04.0006	0000700-68.2013.5.04.0006	0000699-83.2013.5.04.0006
0000774-25.2013.5.04.0006	0001255-22.2012.5.04.0006	0001302-93.2012.5.04.0006
0000667-78.2013.5.04.0006	0000760-41.2013.5.04.0006	0000781-17.2013.5.04.0006
0000821-96.2013.5.04.0006	0000954-41.2013.5.04.0006	0000563-86.2013.5.04.0006
0000635-73.2013.5.04.0006	0000734-43.2013.5.04.0006	
<b>Total: 17 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR Pro no dia da correição)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES**

Na data da inspeção correcional estavam sendo expedidas notificações referentes a primeira quinzena de julho de 2014.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS**

Não havia pendências.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS**

A expedição de mandados estava na primeira quinzena de julho de 2014.

### **7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**

A expedição de ofícios estava na primeira quinzena de julho de 2014.



## 7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Na data da visita correcional não havia alvarás ao reclamante pendentes de expedição. Havia cinco alvarás em favor de reclamada a serem expedidos.

## 7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Havia uma RPV pendente de expedição desde 07.07.2014. Não se verificou pendências no que se refere aos precatórios.

## 7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES

Estavam sendo juntadas petições referentes ao protocolo da primeira quinzena de julho de 2014.

## 7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO

As petições são juntadas quando da elaboração das minutas de despacho. Desta forma, estavam sendo elaboradas minutas referentes ao protocolo da primeira quinzena de julho de 2014.

## 7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção correcional estava sendo certificado o decurso de prazo de 30.06.2014.

## 7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Havia 20 processos pendentes de remessa ao TRT, sendo o mais antigo de 26.06.2014.

## 7.11 CONVÊNIOS

A Vara utiliza os convênios regularmente.

## 7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Havia em torno de 30 processos pendentes de arquivamento, sendo o mais antigo de abril de 2014.

## 7.13 EXAME DOS LIVROS

### 7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0037400-82.2009.5.04.0006*	<b>24.03.2014</b>	3 meses e 9 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2	0000294-47.2013.5.04.0006*	<b>07.04.2014</b>	2 meses e 26 dias
3	0026200-78.2009.5.04.0006**	<b>24.04.2014</b>	2 meses e 9 dias
4	0098900-53.1989.5.04.0006**	<b>25.04.2014</b>	2 meses e 8 dias
5	0000723-48.2012.5.04.0006**	<b>19.05.2014</b>	1 mês e 14 dias
6	0001039-32.2010.5.04.0006**	<b>23.05.2014</b>	1 mês e 10 dias
7	0000901-31.2011.5.04.0006**	<b>02.06.2014</b>	1 mês e 1 dia
8	0000933-36.2011.5.04.0006	<b>05.06.2014</b>	28 dias
9	0082300-73.1997.5.04.0006	<b>06.06.2014</b>	27 dias
10	0060900-66.1998.5.04.0006	<b>09.06.2014</b>	24 dias
11	0000185-33.2013.5.04.0006	<b>09.06.2014</b>	24 dias
12	0075000-11.2007.5.04.0006	<b>20.06.2014</b>	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.07.2014)

\* Processos nº 0037400-82.2009.5.04.0006 e nº 0000294-47.2013.5.04.0006: Houve expedição de notificação e mandado de busca e apreensão de autos.

\*\* Processos nº 0026200-78.2009.5.04.0006, nº 0098900-53.1989.5.04.0006, nº 0000723-48.2012.5.04.0006, nº 0001039-32.2010.5.04.0006 e nº 0000901-31.2011.5.04.0006: Houve expedição de notificação para devolução de autos.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

### 7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001371-96.2010.5.04.0006*	<b>04.12.2013</b>	6 meses e 29 dias
2	0000025-42.2012.5.04.0006**	<b>07.05.2014</b>	1 mês e 26 dias
3	0000616-67.2013.5.04.0006***	<b>30.05.2014</b>	1 mês e 3 dias
4	0000884-92.2011.5.04.0006**	<b>03.06.2014</b>	1 mês
5	0000038-41.2012.5.04.0006	<b>17.06.2014</b>	16 dias
6	0001388-98.2011.5.04.0006	<b>20.06.2014</b>	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.07.2014)

\* Processo nº 0001371-96.2010.5.04.0006: Houve expedição de notificação e mandado de busca e apreensão dos autos.

\*\* Processos nº 0000025-42.2012.5.04.0006 e nº 0000884-92.2011.5.04.0006: Houve expedição de notificação para devolução dos autos.

\*\*\* Processo nº 0000616-67.2013.5.04.0006: Foi deferido pedido de dilação do prazo para o perito, sem informar prazo de devolução.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações para devolução dos



autos e mandados de busca e apreensão) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

### 7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	006-01240/13	0001049-71.2013.5.04.0006	<b>22.10.2013</b>	8 meses e 11 dias
2	006-00138/14	0001037-57.2013.5.04.0006	<b>15.04.2014</b>	2 meses e 18 dias
3	006-00304/14	0007500-30.2004.5.04.0006	<b>27.05.2014</b>	1 mês e 6 dias
4	006-00315/14	0000247-10.2012.5.04.0006	<b>10.06.2014</b>	23 dias
5	006-00316/14		<b>10.06.2014</b>	23 dias
6	006-00335/14	0000982-09.2013.5.04.0006	<b>10.06.2014</b>	23 dias
7	006-00343/14	0122600-28.2007.5.04.0006	<b>10.06.2014</b>	23 dias
8	006-00351/14	0010000-30.2008.5.04.0006	<b>17.06.2014</b>	16 dias
9	006-00355/14	0073400-23.2005.5.04.0006	<b>17.06.2014</b>	16 dias
10	006-00363/14	0146600-10.1998.5.04.0006	<b>17.06.2014</b>	16 dias
11	006-00371/14	0114700-91.2007.5.04.0006	<b>17.06.2014</b>	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.07.2014)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 02.07.2014, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 512 processos. O item 9.1 compõe-se de 20 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 9.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>0027000-63.1996.5.04.0006</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi registrada a devolução da carga à fl. 918. <b>Movimentação processual:</b> Foi determinada, de ordem, a remessa dos autos ao arquivo em 25.02.2014, como se verifica na certidão da fl. 920, mas até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.06.2014, não houve mais movimentações processuais. <b>Principal Entrave.</b> <b>Conhecimento.</b> A ação foi ajuizada em 11.03.1996, mas a decisão apenas transitou em julgado em 23.04.2012.	
2	<b>0001569-02.2011.5.04.0006</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi registrada a devolução da carga à fl. 407. <b>Movimentação processual:</b> O arquivo relativo ao julgamento do agravo de instrumento em recurso de revista foi remetido pelo TST em 29.05.2014, mas não houve mais movimentações processuais até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.06.2014.	



3	0000957-98.2010.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução das cargas das fls. 408 e 426. <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 427-429 foi protocolada em 23.05.2014, mas foi juntada aos autos em 26.06.2014.	
4	0001500-33.2012.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução da carga da fl. 225. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentação processual entre 26.02.2014, quando os autos foram devolvidos pela central de mandados, segundo informação que consta apenas do INFOR, e 23.04.2014, quando os autos foram à conclusão. Não houve movimentação processual entre 14.05.2014, quando foi exarada a certidão da fl. 240, e 27.06.2014, quando os autos foram enviados para a Corregedoria.	
5	0146500-69.2009.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não consta a data do termo de conclusão da fl. 493. Não foi exarado o termo de juntada da petição da fl. 497. Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução das cargas das fls. 498 e 507. <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 508-512 foi protocolada em 12.05.2014, mas foi juntada aos autos em 13.06.2014.	
6	0000034-67.2013.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> A data constante no termo de juntada da fl. 119/verso, está rasurada. Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução das cargas das fls. 151, 156 e 164. <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 157-158 foi protocolada em 20.02.2014, mas foi juntada aos autos em 07.03.2014. Posteriormente, os autos foram à conclusão apenas em 07.04.2014. O cálculo de liquidação das fls. 165-205 foi protocolado em 28.05.2014, mas foi juntado aos autos em 27.06.2014.	
7	0140000-84.2009.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> A data constante no termo de juntada da fl. 460/verso, está rasurada. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentação processual entre 12.08.2013, quando os autos foram devolvidos de carga, e 26.11.2013, quando foi exarada a certidão da fl. 472. A executada foi notificada por edital, com prazo de trinta dias, para manifestação por intermédio de publicação disponibilizada no DEJT em 13.12.2013, mas foi certificado que o prazo transcorreu sem manifestação somente em 07.05.2014.	
8	0000986-46.2013.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentação processual entre 07.10.2013, quando foi protocolada a petição da fl. 17, e 02.12.2013, quando os autos foram à conclusão. A executada foi citada para pagamento por edital em 09.12.2013, mas os autos foram à conclusão apenas em 06.05.2014.	
9	0001385-12.2012.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 147/148 foi protocolada em 11.06.2014, mas foi juntada aos autos em 27.06.2014.	
10	0001186-58.2010.5.04.0006
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução da carga da fl. 698. Não foi exarado o termo de juntada do julgamento do agravo de instrumento em recurso de revista das fls. 762-767. Não é possível identificar o servidor que firmou o termo de juntada da fl. 791/verso, bem como o servidor que firmou a devolução das cargas das fls. 794 e 805. Não consta o carimbo “em branco” no verso das fls. 823-828. <b>Movimentação</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**processual:** A petição das fls. 769-789 foi juntada aos autos em 06.02.2014, mas os autos foram à conclusão em 18.02.2014. A petição das fls. 806-821 foi protocolada em 24.04.2014, mas foi juntada aos autos em 05.05.2014.

11

0000422-38.2011.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução das cargas das fls. 540 e 551. Não consta o carimbo “em branco” no verso das fls. 545-549. **Movimentação processual:** A petição das fls. 541-542 foi protocolada em 07.03.2014, mas foi juntada aos autos em 18.03.2014. A petição da fl. 544 e a petição das fls. 545-549 foram protocoladas em 15.04.2014, mas foram juntadas aos autos em 02.05.2014. O cálculo de liquidação das fls. 552-566 foi protocolado em 29.05.2014, mas foi juntado aos autos em 27.06.2014.

12

0071400-45.2008.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não consta registro de protocolo na petição das fls. 199-200. **Movimentação processual:** Foi determinado no despacho da fl. 271 que fosse expedido ofício para o Serviço de Documentação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do RS em 11.02.2014 com prazo de 60 dias para a resposta. A solicitação foi enviada em 14.02.2014 por intermédio de correspondência eletrônica, mas não houve mais movimentações processuais até o envio dos autos à Corregedoria, em 27.06.2014.

13

0000611-79.2012.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não consta o carimbo “em branco” no verso da fl. 489. **Movimentação processual:** A petição das fls. 963-964 foi protocolada em 20.02.2014, mas foi juntada aos autos em 07.03.2011.

14

0001021-06.2013.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não foi exarado termo de juntada da petição da fl. 203. Foi exarado à fl. 311/verso termo de juntada no verso de petição da parte. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

15

0000424-42.2010.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Nada a apontar. **Movimentação processual:** O recurso ordinário das fls. 364/369 foi protocolado em 10.06.2014, mas foi juntado aos autos em 27.06.2014.

16

0000881-40.2011.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução das cargas das fls. 350, 354, 362, 368 e 444. **Movimentação processual:** A petição das fls. 331-332 foi protocolada em 09.01.2014, mas foi juntada aos autos em 29.01.2014. A petição das fls. 363-364 foi protocolada em 07.04.2014, mas foi juntada aos autos em 22.04.2014. A petição das fls. 445-451 foi protocolada em 06.06.2014, mas foi juntada aos autos em 27.06.2014.

17

0058800-55.2009.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não consta o carimbo “em branco” no verso das fls. 290, 291, 297 e 300. **Movimentação processual:** A petição da fl. 312 foi protocolada em 20.05.2014, mas foi juntada aos autos apenas em 24.06.2014. Na petição da fl. 313, protocolada em 04.06.2014, foi reiterado o requerimento de juntada da petição anterior.

18

0000128-49.2012.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não consta o carimbo “em branco” no verso das fls. 194 e 225. **Movimentação processual:** Nada a apontar.



19

0001307-81.2013.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não é possível identificar o servidor que firmou a devolução da carga da fl. 117. **Movimentação processual:** A petição das fls. 119-122 foi protocolada em 26.05.2014, mas foi juntada aos autos em 27.06.2014, quando autos foram enviados para a Corregedoria.

20

0001397-94.2010.5.04.0006

**Aspectos gerais dos autos\*:** Nada a apontar. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2013.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Carta Precatória não devolvida ou devolvida sem andamento	0001278-31.2013.5.04.0006
	0001343-26.2013.5.04.0006
	0096500-70.2006.5.04.0006
Demora no impulso processual	0001319-32.2012.5.04.0006
	0001471-80.2012.5.04.0006
	0000607-08.2013.5.04.0006
Registros desatualizados	0000595-96.2010.5.04.0006
	0008400-76.2005.5.04.0006
	0138500-90.2003.5.04.0006

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.07.2014)

## 8.3 Exame dos Pressupostos Recursais

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expreso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 9 PJe

Na data da inspeção correccional, foi acessado o PJe juntamente com o Assistente de Diretor de Secretaria e analisadas algumas pastas conforme informação abaixo:

Processos com petições não apreciadas – 88 (mais antigo datava de 26.06.2014);



Aguardando cumprimento de providências (são separados pela numeração final do processo) – 81 processos (mais antigo datava de 09.04.2014, mas tratava-se de uma consignatória pendente, apenas, de encaminhamento ao arquivo);

Aguardando cumprimento de providências na execução – 24 processos (mais antigo datava de 08.04.2014);

Controle de prazo – pós-sentença - 12 processos (mais antigo datava de 11.06.2014);

Prazos vencidos – 07 processos (mais antigo de 10.06.2014);

Triagem inicial – 18 processos (mais antigo datava de 02.07.2014).

### **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária requereu e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por duas vezes durante o período correccionado, nos dias 09 a 13 e 16 a 20 de junho de 2014.

### **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A avaliação prévia da movimentação processual realizada para a confecção do relatório correccional revela uma pequena elevação no número de processos tramitando na unidade, aumento esse ligado especificamente à fase de execução, visto que as ações pendentes de finalização na fase de conhecimento diminuíram e, na fase de liquidação, se mantiveram no mesmo patamar. Ainda assim, a fase de conhecimento teve congestionamento médio superior à média na região diante do aumento do número de casos novos e de processos pendentes de solução, especialmente na comparação entre os anos de 2012 e 2013. Em contrapartida, a fase de liquidação destaca-se positivamente porque, apesar de manter-se com o número de pendências praticamente igual ao do período anterior, apresentou número superior de liquidações iniciadas e encerradas, ou seja, houve sensível melhor desempenho na tramitação de ações nessa fase – tanto que a taxa de congestionamento foi inferior à média de toda a Região. A execução, apesar do pequeno aumento de acervo apontado, destacou-se, assim como a liquidação, pela elevação no número de inícios e encerramentos. Quanto aos prazos médios de tramitação processual, o destaque positivo está também para as fases de liquidação e execução, visto que os lapsos diminuíram desde o último período correccionado e apresentam tendência de continuidade dessa redução. Os aspectos levantados refletem as medidas que têm sido tomadas pela nova gestão da vara, a partir de dezembro de 2013, e merecem ser destacados como resultado positivo. Nesse sentido, foi informado pelo Diretor de Secretaria que os Juízes Titular e Substituto apresentaram definição clara de critérios



aplicáveis à conta de liquidação, assim como de atualização aplicável aos débitos trabalhistas, o que tem evitado o excesso de incidentes processuais nas fases. Todas as medidas são louváveis e representativas do bom andamento do serviço na Unidade, sobretudo se considerado que a vara teve servidores que aderiram ao movimento grevista, assim como duas servidoras que deixaram a unidade para assumirem funções comissionadas no Tribunal no primeiro semestre desse ano.

Seguindo a mesma tendência, é possível constatar que a organização física do espaço é excelente, assim como são adequadas as atribuições de tarefas e a utilização das competências funcionais.

Destaca-se, ainda, a excelente produtividade do Juiz Titular Leandro Krebs Gonçalves, que não mantém nenhum processo concluso para prolação de sentença há mais de 50 dias, assim como a produtividade do Juiz Substituto Max Carrion Bruekner, cujo número de processos nessa situação é inexpressivo.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1 – 2014)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2013 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período - de forma que a meta CNJ 1/2013 não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1) - e que os dados parciais de 2014 (colhidos até 30 de abril) apontam tendência de manutenção desse quadro.

### **ITENS 6.3 e 6.4 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS e PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 30 dias para marcação de audiências iniciais.

Recomenda-se que a unidade envie esforços para que seja observado o prazo de tramitação processual de 180 dias entre a audiência inicial e o encerramento da instrução.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;



b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos descritos no item 3.4.3. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5. (Incidentes Processuais)**

Determina-se que, em relação aos processos nº 0001338-09.2010.5.04.0006, nº 0001158-90.2010.5.04.0006 e nº 0001033-20.2013.5.04.0006, a Secretaria realize um cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos autos físicos, lançando, se necessário, andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados quando for o caso.

### **ITEM 5.1.1 (Meta CNJ 2 - 2009)**

Determina-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para que o processo nº 0119400-81.2005.5.04.0006 tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

### **ITEM 5.1.2 (Meta CNJ 2 - 2010)**

Determina-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para que o processo nº 0114700-91.2007.5.04.0006 tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

### **ITEM 6.8 (Sentenças com prazo excedido)**

a) Determina-se que o Juiz Substituto **Max Carrion Brueckner** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.8 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível;

b) Cientifiquem-se os Juízes **Ana Paula Kotlinsky Severino, Jefferson Luiz Gaya de Góes e Juliane Penteado de Carvalho Bernardi**, acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias para prolação de sentença.



### ITEM 7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

### 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 512 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas (nº 0001278-31.2013.5.04.0006, nº 0001343-26.2013.5.04.0006, nº 0096500-70.2006.5.04.0006);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (nº 0001319-32.2012.5.04.0006, nº 0001471-80.2012.5.04.0006, nº 0000607-08.2013.5.04.0006);
- c) atualize os registros (nº 0000595-96.2010.5.04.0006, nº 0008400-76.2005.5.04.0006, nº 0138500-90.2003.5.04.0006).



## **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 9h às 10h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

## **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Leandro Krebs Gonçalves, pelo Juiz Substituto Max Carrion Brueckner, pelo Diretor de Secretaria Gonçalo Lautert Moretto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**